

## CAPÍTULO XVII

### O Dom, a Conquista e a Legitimidade

Existe uma promessa de redemocratização. Através do discurso de 1º de dezembro do Presidente e através de todas as informações que os jornalistas políticos obtêm de fontes palacianas, somos comunicados de que o Ato 5 deverá ser revogado e o Estado de direito restabelecido no Brasil através de um curioso calendário político. O "diálogo" já iniciado pelo Senador Petrônio Portella continuaria na fase atual. No início do ano teríamos a escolha do novo presidente. Ainda no primeiro semestre do ano o Congresso votaria as reformas constitucionais estabelecendo as "salvaguardas do Estado". O segundo semestre seria consagrado às eleições, quando o presidente, agora armado com suas reformas redemocratizantes, voltaria a realizar um esforço político direto em favor dos candidatos da Arena. Imediatamente após as eleições (ou dependendo do resultado das mesmas?) os partidos políticos seriam dissolvidos. Esta, aliás, é a parte menos clara da estratégia ou do calendário político presidencial. Insistentemente se fala na dissolução dos partidos, mas todas as medidas visam a fortalecer a Arena.

Uma promessa de redemocratização é sempre bem-vinda. É preciso entretanto ficar muito claro para todos que ela não tem nenhum caráter de benesse, de dom gratuito. Muito pelo contrário, na medida em que ela se concretize, será uma

conquista da sociedade civil brasileira. A democracia não está eventualmente em vias de ser restituída ao país porque o espírito democrático dos governantes assim o quis, mas porque a sociedade civil, de forma cada vez mais clara e deliberada, assim o exigiu, ao mesmo tempo em que negava legitimidade ao regime autoritário vigente.

Podemos definir a sociedade civil como sendo a sociedade estruturada em classes, grupos e organizações, ponderada pelos seus respectivos poderes políticos. A sociedade civil distingue-se do povo porque neste cada cidadão possui teoricamente o mesmo poder que o outro, enquanto na sociedade civil o poder dos indivíduos, dos grupos, das organizações e das classes mais poderosas do ponto de vista econômico, cultural e político tem um peso maior. Em um país como o Brasil, a sociedade civil é fundamentalmente formada pela burguesia, com uma participação crescente mas ainda minoritária da tecnoburocracia estatal e privada. E, dentro de cada uma destas classes, são suas camadas superiores — a alta burguesia e a alta tecnoburocracia — as mais poderosas.

Desde fins de 1974, quando o fim do “milagre” econômico coincide com a derrota eleitoral da Arena, tem início um profundo processo de perda de legitimidade do Governo. Legitimidade é aqui entendida em termos de sociologia política como o apoio da sociedade civil. Na medida em que o Governo vai perdendo o apoio da sociedade civil sua legitimidade vai desaparecendo. Anteriormente o sistema político brasileiro já não possuía legitimidade do ponto de vista jurídico e moral, nos termos, por exemplo, em que esse conceito foi usado na *Carta aos Brasileiros*, dado seu caráter autoritário e a sistemática violação dos direitos humanos decorrente do autoritarismo. Agora perdia também a legitimidade política.

A perda da legitimidade política está relacionada à progressiva mudança de posição política da classe dominante brasileira, que maior peso possui dentro da sociedade civil. Não importa repetir aqui os argumentos que levaram a burguesia a um rompimento cada vez maior com a cúpula da tecnoburocracia estatal. O fato é que a classe capitalista se sente mais ameaçada pelo processo de estatização crescente do que por uma eventual e longínqua ameaça de subversão

comunista. Por outro lado, o fato de a estatização ter sido realizada em grande parte para facilitar a acumulação privada de capital, embora indiscutível, não é suficiente. Todo Estado capitalista tem como função básica facilitar a apropriação do excedente pela classe dominante. Quando, entretanto, para que esta função seja realizada, a tecnoburocracia estatal vai ao mesmo tempo aumentando cada vez mais seu poder sobre o sistema econômico e político, a burguesia tenderá facilmente a se sentir ameaçada. O problema de a criatura dominar o criador é velho como a humanidade. Em um primeiro momento, Estado e tecnoburocracia estatal são meros instrumentos da burguesia, mas a tendência da tecnoburocracia estatal é obviamente alcançar cada vez maior autonomia.

É preciso, além disso, considerar que a burguesia sobre a qual estamos falando é uma classe muito grande. Não nos referimos apenas à alta burguesia, muito menos ao setor da alta burguesia que por suas ligações diretas e pessoais com a alta tecnoburocracia estatal, como acontece com os grandes bancos, pode receber benefícios diretos do Estado. A burguesia também não deve ser confundida com os representantes oficiais de suas entidades de classe. Esses representantes geralmente também estão muito comprometidos com a tecnocracia governamental. No Brasil, não apenas os sindicatos dos trabalhadores mas as entidades de classe dos empresários estão em muitos aspectos sob o controle do Estado, como a última CONCLAP deixou mais uma vez claro.

A burguesia é uma classe extensa que, além dos setores citados, compreende a média burguesia comercial, industrial, agrícola e de serviços, e os profissionais liberais que trabalham por conta própria. Por outro lado, ela mantém laços estreitos com a média tecnoburocracia privada, que participa da administração das grandes empresas privadas, e com a média tecnocracia estatal, que trabalha para o Estado.

A partir do fim do "milagre" e da derrota nas eleições de 1974, seguida de um certo aumento real nos salários reais, foram provavelmente a média burguesia e a média tecnoburocracia as duas camadas que mais sofreram uma redução relativa ou mesmo absoluta no excedente econômico recebido. Com as medidas de redução do crédito e controle da

demanda agregada, são as médias empresas que sofrem mais. Ao contrário das grandes empresas oligopolistas, elas operam em mercados concorrenciais e não podem compensar a redução de sua demanda por um aumento de preços. Em outras palavras, não podem administrar seus preços. A média tecnoburocracia, por outro lado, viu seus ordenados reduzirem-se relativamente. Na administração pública direta os reajustamentos de ordenados dos tecnoburocratas (e também dos salários dos trabalhadores estatais) têm sido sistematicamente inferiores à taxa de inflação. No setor privado, os reajustamentos plenos dos ordenados podem, desde 1975, ser limitados àqueles que recebem menos do que 30 salários mínimos. A partir dessa medida as elevações dos ordenados revelaram uma redução em relação ao que vinha acontecendo anteriormente.

Portanto, ainda que o Estado venha sempre procurando estimular a acumulação privada, as camadas médias, constituídas pela média burguesia e a média tecnoburocracia, foram provavelmente as mais atingidas pela redução relativa do excedente econômico ocorrido a partir de 1974. Não há, pois, nenhuma razão para surpresa quando esses dois grupos, com a participação crescente de elementos da própria alta burguesia, começam a reivindicar a redemocratização do país.

Os aumentos salariais decididos pelo Governo em 1975 e depois mantidos em 1976 e 1977 sugerem à burguesia que um Governo sem apoio popular talvez não seja seu melhor intermediário com a classe trabalhadora. Negociações mais diretas ou preferivelmente negociações com a intermediação de um governo burguês mais representativo serão talvez mais seguras e a longo prazo melhores para a burguesia. A curto prazo talvez seja necessário ceder à classe trabalhadora, mas a burguesia, depois do forte processo de concentração de renda porque passou o país, tem margem de manobra e parece estar disposta a conceder alguns aumentos salariais limitados, como diversas manifestações de empresários têm deixado transparecer.

O objetivo redemocrático vai-se tornando o objetivo comum de toda a sociedade civil brasileira. Já o era dos trabalhadores, dos estudantes, dos intelectuais, agora torna-se também desejável para as camadas médias burguesas e tecno-

burocráticas. E mesmo dentro da alta burguesia, o retorno à democracia vai-se tornando uma idéia cada vez mais natural!

Nestes termos, quando surge uma promessa de redemocratização, ela não tem qualquer caráter gratuito. Ela expressa os resultados das duas últimas eleições, as manifestações estudantis, a tomada de posição da imprensa, da Igreja, dos intelectuais, as declarações em número crescente de empresários, militares e políticos. Quando o Presidente é aplaudido demoradamente por representantes da Arena, no momento em que ele fala de redemocratização, fica claro que em seu próprio partido, que tanto apoio deu ao regime autoritário vigente, a necessidade de redemocratizar o país foi sentida.

Se se trata de uma conquista e não de uma benesse, a redemocratização prevista não pode ser limitada, consentida, relativa. Um velho ditado diz que "de cavalo dado não se olha o dente". Mas o caso presente definitivamente não é de cavalo dado. Por isso é preciso saber bem o que será alcançado com a redemocratização.

Só alcançará legitimidade uma redemocratização que, do ponto de vista jurídico, seja plena. Do ponto de vista real, a democracia será naturalmente limitada ou, se quiserem, relativa. Uma democracia plena no plano real só será possível em uma sociedade baseada não apenas na igualdade jurídica, mas também na igualdade econômica. Mas no plano jurídico é possível definir um regime democrático pleno, seus adjetivos. Esta distinção entre a democracia jurídica e a democracia real talvez não esteja clara para todos, mas a sociedade civil percebe muito bem que qualquer proposta de redemocratização limitada e consentida será inaceitável. Isto porque a democracia que a sociedade civil deseja é a jurídica. E esta ela sabe que é possível ser definida da forma mais ampla possível.

O processo de redemocratização que deverá ocorrer em 1978 não é portanto um dom gratuito mas uma conquista da sociedade civil. Em conseqüência, de sua amplitude dependerá sua legitimidade. O processo já começa mal, na medida em que o novo presidente será escolhido autoritariamente. Continua ilegítimo, na medida em que as reformas

serão votadas pelo atual Congresso e não por uma Assembléia Constituinte. Se estas reformas não forem profundas e claramente democráticas, o novo governo não alcançará a legitimidade necessária e viveremos em permanente crise política.

*(Folha de S. Paulo, 24 de dezembro de 1977.)*